

Sob o signo da estabilização

27 JUL 1990

Parece existir um consenso entre os industriais quanto ao andamento da vida econômica nacional: a produção se estabilizou a nível baixo mas satisfatório, a grande crise prevista no início do Plano Brasil Novo ainda não se fez sentir, e poderemos, ao que se prevê, vencer eventuais tempestades sem perdas irremediáveis. É o que indica o levantamento da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), para o mês de junho, que acaba de ser divulgado. Simultaneamente, os dados industriais de maio para todo o território nacional, colhidos pelo IBGE, atestam a superação da fase mais difícil da primeira quadra da nova política econômica. Trata-se de visão importante dos agentes econômicos, merecedora todavia de ponderada análise, em projeção mais alongada.

Incontestavelmente, os meses de março e abril foram os piores. Contudo, enquanto há dois meses se observava uma tendência de prolongamento dessa situação, surge hoje maior otimismo. Mesmo a queda das vendas varejistas em junho, divulgada pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (11,57% em relação a maio e 18,56% quanto a junho de 1989), não parece assustar os industriais, que consideram necessário interpretar com cuidado uma diminuição que pode assumir caráter provisório. Por exemplo, quando se fala da queda nos super-

mercados — não acusada pelas próprias estatísticas da Federação do Comércio — os industriais que abastecem esses estabelecimentos entendem que não foram as vendas que caíram, mas as compras, numa revisão da formação de estoques em uma economia em que muito se reduziram as receitas financeiras das lojas.

Sabe-se que 1990 não comportará crescimento, considerando-se todavia que depois dos meses de março e abril a tendência foi de estabilização do nível de produção e ainda que, caso a inflação acuse tendência a baixa, poder-se-á assistir em setembro a uma recuperação da produção industrial. Aliás, o anúncio de um abono salarial é interpretado como sinal favorável à retomada das vendas no setor varejista, por afetar positivamente o poder aquisitivo das classes mais modestas. Tais perspectivas, porém, devem ser enquadradas numa visão mais ampla e de maior prazo. Em primeiro lugar, essas reações são frutos da reversão de expectativas quanto à inflação dos próximos meses, com total mudança em poucas semanas, porquanto ainda em junho se pensava que no Brasil o descompasso somente poderia crescer, uma vez iniciado o processo. Tal reversão explica-se por diversas razões: verificou-se que o Banco Central havia recuperado a condução da política mo-

netária, vencendo a batalha do *overnight*, que não mais assegura aos investidores uma renda que os proteja da inflação.

Num país em que a ciranda financeira fazia parte da nossa cultura, trata-se de vitória importante. Naturalmente, cumprirá ao governo comprovar que o controle monetário está mantido e que não existem razões que nos reconduzam ao descontrole dos anos anteriores. Ora, isso depende do andamento das contas públicas. Os agentes econômicos ainda não se convenceram de que a equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello conseguirá um superávit, tendo-se embora a impressão de que o déficit será muito inferior àquele do exercício de 1989, o que quebra a tendência de se acreditar que a cada ano o déficit seria superior àquele do ano anterior. Podia-se duvidar, até maio, do controle do déficit público, uma vez que a arrecadação do IOF sobre os haveres financeiros propiciara uma receita extraordinária mas não renovável; em junho, porém, e ao que tudo indica em julho, as contas da administração central continuam superavitárias. Certamente, o público examinará com cuidado tais contas, pois a diversos economistas já se prenuncia o surgimento do primeiro déficit.

Há argumentos favoráveis à manutenção de um nível estável de atividades, mas existem tam-

bém outros fatores preocupantes. A grande questão é saber se o governo conseguirá afastar o perigo da indexação dos salários: para tanto, terá de mostrar, a partir de agosto, que a inflação poderá acusar redução relativamente ao mês anterior. Se voltarmos à indexação, será muito difícil conter a inflação, sabendo-se todavia que a atitude da Justiça do Trabalho será decisiva nessa refrega.

Para segurar os preços, disporá o governo de apenas duas armas, no caso de uma volta ao sistema de indexação: a contenção monetária e as importações. Se realmente o Planalto pretende manter seu orçamento monetário, que prevê crescimento nominal de apenas 9,2% dos meios de pagamento no segundo semestre, teremos certamente a maior recessão da história do Brasil. Com efeito, enfrentar-se-á uma taxa de juros muito elevada, numa economia em que os financiamentos dos fornecedores tornam-se essenciais. A importação de choque é um instrumento importante, mas pode-se temer que nossas reservas se esgotem rapidamente, a menos que haja forte aumento das exportações, o que exigirá taxas cambiais mais condizentes, o que representa novo fator de inflação. Cumpre que a atual expectativa não seja desmentida pelos fatos e que a classe operária entenda bem onde está seu interesse.